

Retomada da Fazenda Jarra: mobilização e reivindicação fundiária Xukuru-Kariri¹

Cássio Júnio Ferreira da Silva (UFAL/AL)

Resumo

O trabalho foca o movimento de retomada promovido por um grupo familiar Xukuru-Kariri que após passar longo período em um contexto urbano optaram por, em 2016, retomar uma área considerada terra indígena. Nos chamou a atenção que a articuladora e protagonista desse movimento foi Dona Helena, uma mulher e chefe da família, e o texto que aqui se apresenta é resultado da interlocução com ela, destacando-se suas memórias e experiências.

Palavras-chave: Retomada, Território, Xukuru-Kariri.

Introdução

Cheguei a esse recorte temático pois quando a família de Dona Helena realizou a retomada no ano 2016, eu já residia na aldeia Fazenda Canto que se localiza a cerca de 1 quilometro da área ocupada, deste modo antes mesmo de ingressar no curso de mestrado em antropologia, já passei a acompanhar as atividades politicas do grupo, com isso foi produzida uma relação de diálogo muito grande.

A metodologia escolhida para a produção do trabalho foi a etnografia, onde optamos por uma abordagem que preza pelo dialogo entre antropologia e história, que assim como definido por Bensá (1996) leva em consideração os processos históricos para a compreensão do contexto observado, bem como lançar olhares mais atentos para as escalas menores dos fatos históricos, de modo a valorizar aspectos como o cotidiano.

Com isso pretendemos com o trabalho, alisar o processo de retomada, que assim como definido por Ferreira (2018) se entende como uma ação de recuperar uma área que foi expropriada anteriormente, destacando as formas de articulação política e social. Chamo atenção para o fato que apresento nesse momento os primeiros dados produzidos pois ainda estou na fase inicial da pesquisa.

¹ “Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

Palmeira dos Índios: Processos históricos e territoriais

Palmeira dos Índios é um município localizado na região Agreste do estado de Alagoas, distante cerca de 102.101 km de Maceió, capital do estado. Faz limite com os seguintes municípios alagoanos, Estrela de Alagoas, Igaci, Belém, Tanque D'Arca, Mar Vermelho, Paulo Jacinto, Quebrângulo e com o município pernambucano Bom Conselho. Possui uma extensão territorial de 450,957 km² e uma população de 70.368 habitantes².

Existe uma divergência sobre a criação do distrito de Palmeira dos Índios, algumas fontes falam em 1789 e outros em 1798, aparentemente os escritos se confundem devido uma inversão nos dois últimos dígitos do ano. Esse distrito foi elevado à categoria de vila, através da resolução nº 10 de 10/04/1835, sendo desmembrado da Vila de Atalaia. Em 04/05/1846, através da lei provincial nº 43, a Vila de Palmeira dos Índios é extinta e tem seu território anexado ao município de Anadia.

Seguiu fazendo parte do município até que em 23/06/1853, quando através da lei provincial nº 209, é desmembrada e elevada novamente à categoria de vila. Posteriormente, foi elevada à condição de cidade em 20/08/1889, através da lei provincial n.º 1113, tendo atualmente 129 anos de emancipação política³.

Um aspecto importante que deve ser destacado é o fato de Palmeira dos Índios ter mantido por um longo período de sua história uma missão indígena. Essas missões eram coordenadas pela igreja católica, foi um modelo adotado por colonos e posteriormente pelo estado brasileiro para retirar grupos indígenas de regiões que deveriam dar lugar para o 'progresso' das cidades e/ou cultivos agrícolas, deste modo esses grupos eram de forma coercitiva obrigados a viver em um recorte territorial específico às 'missões indígenas', nessas poderiam através da atuação da igreja serem catequisados.

Sobre a missão indígena de Palmeira dos Índios, o memorialista local Luiz Barros Torres (1984), afirma não existir dados sobre a data exata de sua criação, no entanto ele supõe que foi em 1798, caso a sua hipótese esteja correta, a missão surge simultaneamente a criação do distrito de Palmeira dos Índios. Ainda em relação a missão em questão, Silva (2011), nos apresenta documentação de 1840 que nos revelam sobre o poder exercido pelo estado, pois

² As informações relativas a localização, extensão e demográfica de Palmeira dos Índios, foram consultadas no banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que tem como base o último censo nacional realizado em 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/palmeira-dos-indios/panorama>.

³ As informações relativas ao histórico da formação e organização política de Palmeira dos Índios, foram consultadas, no volume 19 da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, publicada pelo IBGE em 1959.

para além da gerencia produzida pelos missionários, que muitas vezes administravam o trabalho e bens indígenas, existia também um diretor do aldeamento que constantemente reportava a situação dos índios e do aldeamento para o presidente da Província de Alagoas.

Antunes (1984), divulga em seu trabalho um relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa no ano de 1870, o documento apresenta um panorama dos aldeamentos (missões indígenas) da província de Alagoas, no caso específico do aldeamento de Palmeira dos Índios o relatório indica que o mesmo até então era habitado por 572 índios. Pouco tempo após a apresentação desse relatório os aldeamentos da província foram extintos, isso ocorreu no ano de 1872.

A extinção foi decretada pelo então presidente da província, Luiz Rômulo Peres Moreno, que justificou sua decisão ao afirmar que as famílias que viviam nos aldeamentos já não eram mais indígenas, pois já estavam mestiças. Oliveira Filho (1998), explica que as terras que até então eram destinadas a esses aldeamentos de missões, foram anexadas aos territórios das cidades e comarcas que estavam em formação.

O período posterior a extinção do aldeamento é marcado por um certo apagamento indígena na historiografia e demais registros sobre Palmeira dos Índios, pois são pouquíssimas e breves as citações de Índios na cidade. Do ponto de vista oficial, não existiam mais índios na região, todos foram extintos através de decreto, no entanto do ponto de vista prático é impossível pensar que do dia para a noite essas pessoas desapareceram.

Uma das hipóteses mais prováveis é que as famílias indígenas se espalharam e buscaram abrigo em cidades vizinhas ou em regiões periféricas da atual cidade de Palmeira dos Índios. Dona Helena, liderança indígena e minha interlocutora, pessoa que ao qual irei dedicar maior atenção mais a frente no trabalho, revelou que antes de serem reconhecidos o quanto Índios, sua família vivia em uma fazenda localizada no Sítio Mandacaru, zona rural de Palmeira dos Índios, onde trabalhavam em troca de moradia, essa narrativa é recorrente ao se conversar com anciões de outras famílias, por isso acredito ser um movimento comum sofrido pelas famílias indígenas ao perderem as terras em que viviam no aldeamento.

Essa situação de perda de reconhecimento étnico perdurou por 80 anos. As famílias indígenas só foram reconhecidas novamente o quanto grupo étnico, pelo estado nacional, já no contexto do Brasil república, em 1952, com a compra da Fazenda Canto em 8 de maio do citado ano. Tanto o reconhecimento quanto a compra da localidade para aldear novamente essas famílias foi um movimento encabeçado pelo principal líder indígena da época em Palmeira dos Índios, Alfredo Celestino ele conseguiu realizar uma articulação com representante de outros setores como por exemplo o padre Alfredo Damaso e o deputado Medeiros Neto, juntos

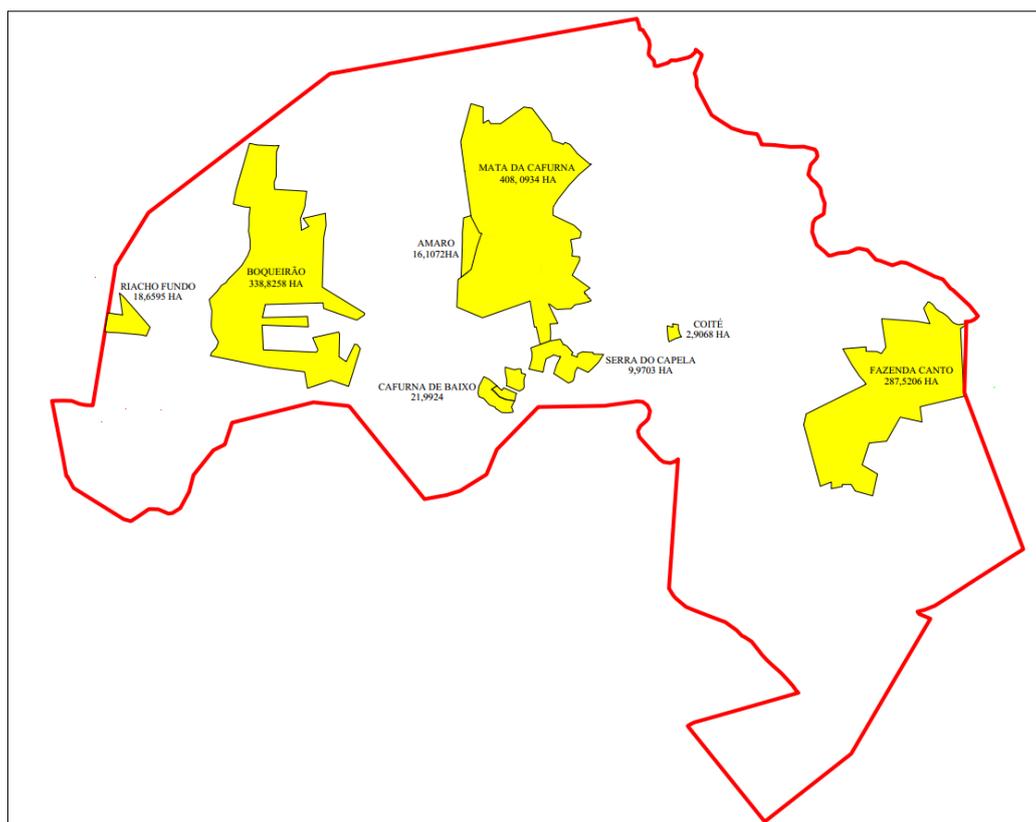
formaram o que Silva Junior (2013) chama de uma frente pró-índio, organização teve força política para realizar a reivindicação política junto ao Serviço de Proteção ao Índio - SPI.

O SPI efetuou a compra com dinheiro arrecadado por índios de um posto indígena do Paraná, através da venda de gado. Segundo Douglas Carrara, o valor levantado foi de Cr\$ 500.000,00 que foram pagos por 372 ha. que pertenciam ao Sr. Manuel Sampaio Luz, na época prefeito da cidade. No entanto, quando foi feita uma posterior demarcação da terra, no ano de 1982, foi constatado que as terras da Fazenda Canto tinham somente 276 ha. (CARRARA, 2004), ou seja, o vendedor entregou uma área com 96 ha. a menos do que havia sido combinado.

Atual organização do povo Xukuru-Kariri

Compreendemos tanto a política de aldeamento nas missões indígenas quanto a política de aldeamento do SPI como processos de territorialização, assim como definido por Oliveira Filho (1998), o primeiro ponto indicado pelo autor como resultado de um processo de territorialização está “a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora” (OLIVEIRA FILHO, 1998, p. 55), nesse sentido quando recebem o reconhecimento étnico em 1952 essas famílias passam a reelaborar suas identidades de modo a se afirmar o quanto Xukuru-Kariri.

Com o passar dos anos foram se formando outras aldeias do povo Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios. De modo que atualmente existem 8 aldeias já reconhecidas, são elas Fazenda Canto, Mata da Cafurna, Cafurna de Baixo, Coité, Capela, Boqueirão, Amaro e Riacho Fundo, existe ainda a retomada da fazenda Jarra que busca ser reconhecida oficialmente o quanto aldeia, mas essa discussão será retomada mais à frente. Ver mapa:



Mapa 1: Originalmente produzido pelo indigenista da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Marcelo Antônio Elihimas elaborado utilizando uma versão original do sistema profissional para Cálculos, Desenhos e Projetos topográficos Métrica TopoEVN 6.6.5.4 - Número de Série: 20625, Licenciado à: FUNAI - MACEIO – AL, sofreu alterações realizadas pelo autor através do programa Adobe Acrobat DC. No mesmo podemos visualizar a representação da terra indígena Xukuru-Kariri, as áreas amarelas são as aldeias já existentes com suas respectivas extensões medidas em hectares, e que estão sob a posse do povo Xukuru-Kariri, as áreas em branco são as que ainda encontram com posseiros.

Algumas dessas aldeias foram adquiridas através da compra de terras para abrigar famílias que se envolveram em conflitos na aldeia Fazenda Canto, outras aldeias foram formadas através de processos de retomadas territoriais, também ocorreram casos de aldeias antigas, que abrigavam famílias indígenas desde antes da compra da Fazenda Canto, mas que foram reconhecidas oficialmente só depois desta última.

Esses processos de criação de novas aldeias ocorreram de uma maneira que cada uma delas, atualmente, tem sua autonomia política, elegendo suas próprias lideranças e chefias. Ainda há um longo processo para o povo Xukuru-Kariri recuperar a total posse de seu ‘território tradicional’⁴, pois o mesmo é delimitado como tendo 6.927 ha. No entanto, deste montante o povo Xukuru-Kariri tem apenas a posse de 1125 ha⁵, a maior parte de seu território tradicional encontra-se sob a posse de não-indígenas.

⁴ Uso esse termo por ser o termo jurídico vigente ao se falar de demarcação de terra indígena, no entanto fujo da ideia de tradicional o quanto algo que se sustenta através de ligações ancestrais.

⁵ O território Xukuru-Kariri foi demarcado através da portaria nº 4.033 de 14 de dezembro de 2010, editada pelo então ministro de estado da justiça Luiz Paulo Barreto e publicada no diário oficial da união.

Nesse sentido, o povo Xukuru-Kariri busca a desintrusão – processo de retirada de ocupantes ilegais de terras indígenas – de seu território tradicional. Um problema frequentemente enfrentado pelos povos indígenas é a morosidade dos meios legais, processos como o de desintrusão ficam parados por anos, fator que levam os grupos indígenas a promoverem retomadas territoriais.

Ao analisar as retomadas realizadas no Mato Grosso do Sul, Ferreira (2018) indica que esse modelo de mobilização indígena se intensifica a partir da década de 1980, percebo que com o povo Xukuru-Kariri as retomadas passaram a ocorrer nesse mesmo período histórico. As mesmas consistem em uma articulação feita por famílias indígenas com o objetivo de ocupar e recuperar áreas territoriais já reconhecidas como indígenas, mas que continuam sob o poder de posseiros. Esse processo é entendido também como uma forma de gerir o território através de agências propriamente indígenas. Nesse sentido vamos apresentar uma retomada que foi organizada por um grupo de índios que estavam desaldeados.

Dona Helena: trajetória da liderança

Nessa parte do trabalho, optamos por tratar a atuação de Dona Helena, como um fio condutor que possibilita entender a luta de sua família pela terra. Conhecida entre o povo Xukuru-Kariri como Helena Macário, é filha de João Salustiano dos Santos, conhecido como João Macário, e Maria José da Conceição. Antes de seus pais se mudarem na aldeia Fazenda Canto, moravam em uma fazenda da região, onde trabalhavam em troca de moradia e algum pouco dinheiro.

Segundo os relatos de Dona Helena, sobre as histórias que seu pai lhe contava, ele e toda a família passam a ir morar na Aldeia Fazenda Canto através do convite da liderança indígena Alfredo Celestino. A ida da família para a aldeia Fazenda Canto ocorre em 1955, os pais de Dona Helena se dirigem para a aldeia juntamente com 3 filhos. A mãe de Dona Helena estava grávida da mesma, de modo que dona Helena nasce em 8 de dezembro de 1955.

Sobre sua infância e juventude, dona Helena revela que desde muito nova trabalhava na agricultura juntamente com seus pais e demais irmãos, pois esse era a principal fonte de renda da família, também estudava em uma escola da comunidade, nesse momento fez um paralelo com a atual escola da aldeia Fazenda Canto, onde revela que na época que estudou não haviam professores indígenas, diferentemente dos dias atuais que a maioria dos professores são da própria comunidade. Lembra ainda que durante as noites os membros da comunidade participavam de rodas de Toré, essa atividade era promovida pelo então pajé Miguel Celestino.

Casou muito nova, aos 14 anos, com um também índio da aldeia Fazenda Canto, atualmente é viúva. Teve 6 filhos, onde um já faleceu, e os demais, 4 homens e uma mulher, seguem com ela participando da retomada que a matriarca lidera atualmente. Devido conflitos interfamiliares dona Helena e sua família saem da aldeia Fazenda Canto em 4 de fevereiro de 1997, após essa saída da aldeia, eles passam a residir em áreas periféricas da Zona Urbana de Palmeira dos Índios.

Ela relata diversas dificuldades que passou juntamente com sua família ao se tornarem índios desaldeados⁶, dentre elas uma das principais foi o preconceito. Ela relata que não podia praticar sua cultura no contexto da Zona Urbana da cidade. Afirma que sempre que tentava contar um toré, sofria uma série de críticas por parte dos moradores da região. Revela ainda que passou dificuldades financeiras pois não tinha terra para praticar a agricultura que foi seu meio de subsistência por toda a sua vida.

Tendo em vista essas várias dificuldades que sofreu ao longo dos anos, decidiu que precisava retornar para a terra indígena, nesse momento era importante sair da condição de desaldeada e passar a ser aldeada juntamente com sua família. É importante pontuar que Dona Helena manteve uma intensa atividade política onde estabeleceu uma rede de relações em órgãos públicos que influem na questão indígena, ocorreram reuniões na FUNAI, Ministério público, entre outros, com o passar dos anos ela acumulou um pequeno acervo com as cópias das solicitações que entregava a esses órgãos e demais documentos que envolviam sua problemática.

Para voltar a se aldear na terra indígena buscou os meios burocráticos do estado, nesse sentido ela me apresentou um solicitação que redigiu no dia 24 de abril de 2006 e enviou para o coordenador da FUNAI em Palmeira dos Índios que por sua vez atestou como recebido em 25 de maio do mesmo ano, no documento ela cita as dificuldades que vem passando com sua família na zona urbana da cidade e pedi que a FUNAI indenize uma das propriedades que já são reconhecidas como terra indígena mas que se encontram com posseiros e que a área fosse repassada para sua família, no entanto os anos passaram e o órgão indigenista não conseguiu realizar essa demanda do grupo.

Em 2015, já haviam se passado 9 anos desde o envio da solicitação, e um acontecimento em questão foi um agravante para fazer com que Dona Helena abandonasse a espera e buscasse

⁶ É chamado de desaldeado o índio que mora fora do território tradicional de seu povo, em momentos de disputas e embates, o índio desaldeado pode ficar em desvantagem contra um índio aldeado, pois essas categorias aldeado/desaldeado podem ser usadas internamente pelo grupo, para eleger quem tem uma maior legitimidade o quanto índio, constantemente essa legitimidade é atribuída ao aldeado pois esse vive na aldeia, diferente do desaldeado que vive muitas vezes em uma zona urbana e como é constantemente afirmado 'longe de sua cultura'.

em busca de uma estratégia própria para recuperar a posse de um território. Isso ocorreu quando estava com um de seus netos doente e procurou assistência junto a Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI teve dificuldade em receber o atendimento médico pois eram índios desaldeados, mais uma vez para positivar sua narrativa a liderança me apresentou uma copia do memorando N° 6/2015 redigido pela responsável técnica do polo da SESAI em Palmeira dos Índios, redigido em 07 de abril de 2015 e enviado para os superiores do Distrito Sanitário Especial Indígena de Alagoas e Sergipe – DSEI/AL-SE, onde informava as dificuldades de atender índios desaldeados uma vez que a prioridade seriam os índios que estavam aldeados.

Depois do ocorrido, Dora Helena passa a articular uma retomada. Afirma que para realizar o seu objetivo, passou a reunir famílias indígenas que tinham alguma relação de parentesco com a sua e que também estavam em situação de desaldeamento. Para delinear a ocupação da área, foram necessários quase um ano de planejamento, deste modo ocorriam reuniões todos os domingos à noite, na casa da própria dona Helena, localizada no ‘Xucurus’ que é um bairro periférico da cidade.

Nessas reuniões participaram membros do Concelho Indigenista Missionário – CIMI e também o Sr. Antônio Celestino, uma histórica liderança Xukuru-Kariri que ofereceu apoio político ao grupo. Após esse período foi escolhida a área que seria ocupada, foi uma propriedade chamada Fazenda Jarra que se localiza próxima a aldeia Fazenda Canto, as famílias indígenas ocuparam a região em 14 de maio de 2016, por volta das dez horas da noite, a área segue sendo ocupada até os dias atuais.

A propriedade é uma fazenda de pequeno porte, que segundo os moradores da retomada, tem uma extensão de aproximadamente 100 tarefas⁷, o posseiro da área é um comerciante local, que reside na zona urbana e fazia uso da propriedade apenas para a criação de gado e equinos. Após ocupar a área as famílias indígenas retiraram os funcionários da fazenda bem como acionaram o posseiro para que ele retirasse o gado da fazenda.

Segundo as narrativas de Dona Helena, mesmo com as dificuldades encontradas em morar na retomada, devido problemas relativos a estrutura do acampamento, ainda assim ela está contente pois voltou para o seu território tradicional, pois agora pode praticar a agricultura e sua religiosidade. Como ela afirmou durante a interlocução ‘o índio fora da aldeia é que nem um barco sem rumo’.

⁷ ‘Tarefa’ é uma medida de terra que em Alagoas equivale a aproximadamente 3.052 m².

Conclusão

Como vimos até aqui, a resolução da questão territorial é a principal pauta reivindicatória do povo Xukuru-Kariri. Mesmo após um longo período de reivindicação essa questão ainda não encontrou uma solução definitiva. Onde mesmo com o ‘território tradicional’ já homologado, as famílias não têm esse direito efetivado pelo estado-nacional, por esse motivo buscam estratégias próprias para solucionar esse problema, essas estratégias tomam corpo, na forma da retomada.

Destacamos ainda a função de um grupo familiar com uma unidade social importante para a articulação política do movimento de retomada. Essa unidade social, neste caso a família de Dona Helena representa apenas uma pequena parcela do povo Xukuru-Kariri. Ainda assim esse grupo familiar resguardado pela identidade étnica consegue estabelecer uma organização política e gerencia do território.

Para finalizar destaco a importância de uma liderança que estabelece uma alta capacidade de articulação de sua família e grupos aliados, destaco ainda o fato dessa liderança ser uma liderança mulher, fato pouco comum na organização Xukuru-Kariri atual, onde a maioria das lideranças são homens.

Referências

ANTUNES, Clóvis. Índios de Alagoas: Documentário. Maceió, 1984.

BENSÁ, Albán. “Da micro-história a uma antropologia crítica” In REVEL, Jacques (org.) Jogos de Escalas: A experiência da micro-análise. Rio de Janeiro: FGV.

CARRARA, Douglas. Relatório Preliminar Circunstanciado de Identificação e Delimitação: Terra Indígena Xukuru-Kariri - AL. Maricá, 2004.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Societies “against” and “in” the State – from Exiwa to the Retakings Territory, autonomy and hierarchy in the history of the indigenous peoples of Chaco-Pantanal. IN: Vibrant. v. 15, n. 2 | May – August 2018. **Fighting for Indigenous Lands in Modern Brazil The reframing of cultures and identities.**

FERREIRA, Jurandyr Pires. Enciclopédia dos municípios brasileiros. XIX volume. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do IBGE, 1959.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma Etnologia dos “Índios Misturados”? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais. MANA 4(1) p. 47-77, 1998.

SILVA, Amaro Hélio Leite da. Trabalho Indígena na Formação das Alagoas (Século XIX): os índios das matas nas falas e relatórios oficiais. Trabalho Apresentado no Simpósio Temático “Os Índios e o Atlântico”, XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH. São Paulo, 2011.

SILVA JUNIOR, Aldemir Barros da. Aldeando sentidos: os Xucuru-Kariri e o serviço de proteção aos índios no agreste alagoano. Maceió: EDUFAL, 2013.

TORRES, Luiz Barros. Os índios Xukuru e Kariri em Palmeira dos Índios. 4ª edição. Maceió: IGASA – Industria Gráfica Alagoana Ltda, 1984.

Entrevistas

FEITOSA, Helena Maria. Entrevista realizada por Cássio Júnio Ferreira da Silva em 02/06/2018. Duração: 37 minutos. Palmeira dos Índios – AL.

Sites

Instituto brasileiro de geografia e estatística. (2017). Palmeira dos Índios. Fonte: IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/palmeira-dos-indios/panorama>.

Fontes primárias

Portaria Nº 4.033. 14 de dezembro de 2010. Fundação Nacional do Índio. Publicado no diário oficial da união.

Pedido encaminhado ao coordenador do posto indígena Xukuru-Kariri. Palmeira dos Índios, 24 de abril de 2006.

Relatório enviado para Distrito sanitário especial indígena, sobre o atendimento aos desaldeados. Palmeira dos Índios, 7 de abril de 2015.